

M: 95-1 SEQ: 13 Local:
T: ALBUQUERQUE, GERSON PRATES DE
T: DISTRIBUICAO DE RENDA E ACESS
O AO ENSINO SUPERIOR - O CASO

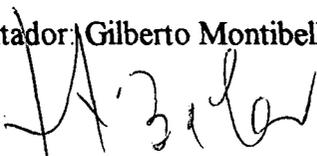
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
(o caso UFSC)

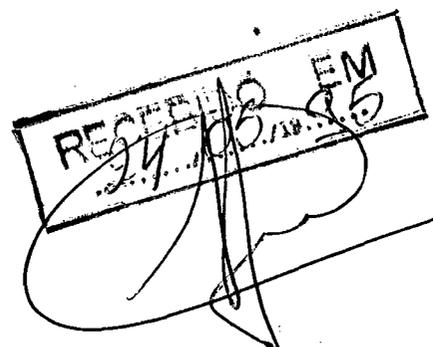
Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: Gerson Prates de Albuquerque

Orientador: Gilberto Montibeller Filho



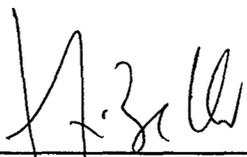
Florianópolis, maio de 1995.



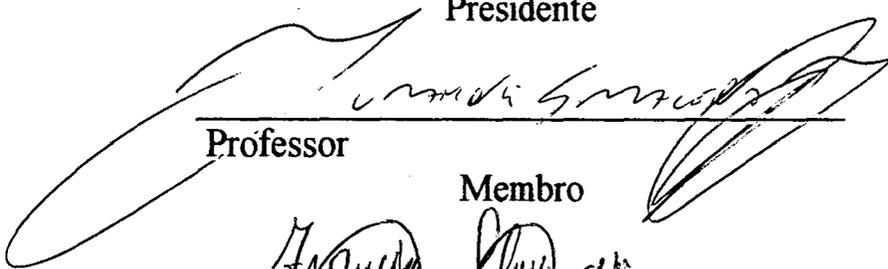
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 6,0 ao aluno **Gerson Prates de Albuquerque** na disciplina **CNM 5420 - MONOGRAFIA**, pela apresentação deste trabalho.

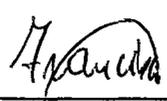
Banca Examinadora:



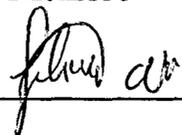
Professor Gilberto Montibeller Filho
Presidente



Professor



Professor



Membro

Membro

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à minha
esposa Cláudia e ao neném
que carrega em seu ventre.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Técio e Isolda, pelo carinho e apoio;

À toda minha família, em especial, ao meu irmão Décio;

Ao Professor Roberto Besnosik, *in memoriam*, pelas orientações iniciais deste trabalho;

Ao Professor Gilberto Montibeller, por sua orientação durante a realização deste trabalho; e

Aos colegas do Curso de Ciências Econômicas.

SUMÁRIO

	Página
ANEXO	vi
LISTA DE TABELAS	vii
RESUMO	viii
CAPÍTULO I	
1. O PROBLEMA	
1.1 - Problemática	01
1.2 - Objetivos	
1.2.1 - Objetivo Geral	02
1.2.2 - Objetivo Específico	02
1.3 - Metodologia	03
CAPÍTULO II	
2. EDUCAÇÃO E ECONOMIA	
2.1 - Educação no Brasil	04
2.2 - O Capital Humano	06
2.3 - Educação e Desenvolvimento Econômico	08
CAPÍTULO III	
3. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	
3.1 - Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico	12

CAPÍTULO IV

4. ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DOS ALUNOS APROVADOS NO VESTIBULAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (ENTRE 1990 E 1994)	14
---	----

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	23
------------------------------	----

BIBLIOGRAFIA	25
--------------	----

ANEXO	27
-------	----

FICHA DE AVALIAÇÃO	28
--------------------	----

LISTA DE TABELAS

	Página
TABELA 2.1 - Distribuição de Alunos da Rede de Ensino Nacional	05
TABELA 3.1 - Relação do Índice de Gini para Santa Catarina nos Anos de 1985, 1989, 1990 e 1991	10
TABELA 3.2 - Relação do Índice de Gini para o Brasil nos Anos de 1980, 1986, 1990 e 1991	11
TABELA 3.3 - Distribuição de Renda no Brasil para o Ano de 1993	11
TABELA 4.1 - Percentual de Inscritos e Aprovados e Índice de Aprovação da UFSC no Período de 1990 a 1994 por Instituição no Primeiro Grau	15
TABELA 4.2 - Percentual de Inscritos e Aprovados e Índice de Aprovação da UFSC no Período de 1990 a 1994 por Instituição de Origem no Segundo Grau	17
TABELA 4.3 - Percentual de Inscritos e Aprovados e Índice de Aprovação da UFSC no Período de 1990 a 1994 por Ocupação dos Vestibulandos	18
TABELA 4.4 - Percentual de Inscritos e Aprovados e Índice de Aprovação na UFSC no Período de 1990 a 1994 por Participação do Vestibulado na Vida Econômica da Família	20
TABELA 4.5 - Percentual de Inscritos e Aprovados e Índice de Aprovação na UFSC no Período de 1991 a 1994 pela Renda Total da Família do Vestibulando	21
TABELA 4.6 - Renda Familiar dos Aprovados no Vestibular da UFSC em 1995	22
TABELA 4.7 - Renda Familiar dos Aprovados no Vestibular da UFSC entre 1991 e 1995	22

Resumo

O presente trabalho compõem-se de levantamentos estatísticos do perfil econômico dos alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no período compreendido entre 1990 e 1994, do nível de renda nacional e a concentração da renda nacional e do Estado de Santa Catarina, tendo como objetivo inter-relacionar o grau de interferência do nível de renda familiar e a educação formal superior.

De posse destes dados e através de aportes teóricos referentes ao assunto proposto, o trabalho desenvolve-se no intuito de verificar a importância da educação no desenvolvimento sócio econômico, bem como constatar que a deficiência do nível de renda interfere direta e gradualmente na formação acadêmica, desde o ensino primário até o nível superior.

Percebe-se, em tese, com o desenvolvimento do trabalho, que estes dois parâmetros (educação e distribuição de renda), interdependem-se e impulsionam-se, ou seja, são diretamente proporcionais e em sentido espiral. Quanto maior o nível de renda, mais fácil o acesso ao ensino que, por sua vez, eleva novamente o nível de renda, gerando um moto perpétuo. De forma análoga ocorre no sentido oposto.

Ao final da monografia constatou-se que a média de renda dos alunos frequentadores da Universidade Federal de Santa Catarina situou-se entre sete e dez salários mínimos, alijando, de certa forma, àqueles desprivilegiados monetariamente.

CAPÍTULO I

O PROBLEMA

1.1 Problemática

Ao definirmos o termo educação, vem a mente todo um processo de troca de conhecimento e experiência. Mas será que esta troca se dá em todos os níveis escolares da sociedade? Será que todos os cidadãos têm acesso a este tipo de educação? Parece que não.

O ensino de nível superior no Brasil, assim como em qualquer outro país, tem uma característica básica: é freqüentado em grande parte pela elite econômica nacional.

O número de pessoas que alcançam os níveis mais elevados de ensino é muito pequeno, e menor ainda o número daqueles que concluem.

A situação sócio-econômica da população contribui de forma significativa para a evasão das escolas de primeiro e segundo graus. Segundo Britto (1991), as dificuldades financeiras vão se acumulando e estreitando progressivamente as possibilidades de acesso ao ensino superior.

Assim, a situação sócio-econômica do aluno condiciona não só sua entrada para a escola como também constitui uma séria restrição durante sua trajetória escolar, desestimulando muitos ao ingresso nestas instituições.

Existem muitos estudos que demonstram a influência, muitas vezes decisiva, do fator sócio-econômico nos resultados escolares. Dentre os trabalhos pesquisados, destaca-se o de Britto (1991) que demonstra a influência decisiva do fator sócio-econômico nos resultados escolares. O trabalho foi realizado na Universidade Federal da Bahia UFBA, relacionando o período de 1973 a 1975, o qual constatou que poucos alunos originados de classes econômicas mais baixas freqüentavam as universidades gratuitas e que esse contingente alcançou os índices de 8,9 a 6,3% dos classificados nos anos respectivos.

Os resultados dos exames de ingresso, a cada ano na UFSC confirmam esta seletividade dos aprovados através da análise dos questionários sócio-econômicos e culturais da COPERVE (Comissão Permanente do Vestibular).

Esta característica pode ser utilizada para diagnosticar-se o nível de desenvolvimento sócio-econômico do país pois, o ser humano, em uma análise econômica é considerado como estoque de capital especializado, desde que se encontre no patamar secundário, técnico ou universitário.

Ciente disto, busca-se estudar a relação entre distribuição de renda e a educação, realizando-se um levantamento sócio-econômica dos alunos aprovados nos vestibulares da UFSC entre 1990 a 1994.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a inter-relação entre o nível de renda familiar e a educação formal superior.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Averiguar a importância da educação no desenvolvimento sócio-econômico;
- Relacionar a distribuição de renda com a educação; e
- Verificar se o padrão econômico familiar influencia na aprovação do vestibular na UFSC.

1.3 Metodologia

Os procedimentos adotados para o desenvolvimento deste trabalho e que permitam atingir os objetivos estabelecidos, baseiam-se no levantamento bibliográfico sobre o tema, abrangendo conceitos de vários autores da linha econômica como Langoni (1973), Smith (1988), Marshall (1988), Porter (1993) e Marx (1988), assim como de outras correntes de pensamento da área de educação como Freitag (1984), Rodrigues (1982) e Britto (1991).

Para isso efetua-se uma pesquisa através de coleta de dados sobre a situação sócio-econômica e cultural dos alunos aprovados na UFSC, no período compreendido entre 1990 e 1994, através dos questionários realizados pela COPERVE (Comissão Permanente do Vestibular).

As informações são tabuladas e interpretadas de forma que permita chegar a um possível diagnóstico da influência sócio-econômica no ingresso à Universidade Federal de Santa Catarina e também sua influência na formação de capital humano especializado.

A ligação da teoria pesquisada com os resultados tabulados dar-se-á no capítulo final, sendo utilizado como subsídio para algumas conclusões.

O capítulo II apresenta a relação entre a educação e economia, examinando a educação no Brasil, as teorias sobre capital humano e a relação educação e desenvolvimento.

O capítulo III analisa a distribuição de renda a nível nacional, reportando-se à Santa Catarina, para fundamentar as conclusões a que se propõe o trabalho.

O capítulo IV estuda a situação sócio-econômica dos alunos ingressantes na UFSC entre os anos de 1990 e 1994, no intuito de dar aporte para conclusões posteriores.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO E ECONOMIA

2.1 Educação no Brasil

Educação significa a atualização das potencialidades humanas, fazendo-as emergir através da ajuda de outrém. A educação se dá através de uma troca de informações e experiência entre educador e educando, no intuito final de provocar mudanças, econômicas sociais e intelectuais em um país (Freitag, 1984).

Segundo Freitag (1984), na conceituação clássica de educação destacam-se dois pontos básicos em quase todas as correntes referentes a este tema:

- a) A educação sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade; e
- b) em uma realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas (família, igreja, escola, comunidade), que se tornam porta vozes de uma determinada doutrina pedagógica.

Portanto, o ensino é o meio pelo qual uma sociedade se mantém, permitindo o processo de estruturação sócio-econômica de uma nação.

Conforme Rodrigues (1982), discursos sobre educação evidenciam a convicção de intelectuais, economistas, governo e outras entidades em que a educação exerce papel preponderante para o desenvolvimento do país.

Desta forma, a educação não pode ser encarada apenas como um “saber decorativo”, formador de mentes ou transmissor de cultura alienada, mas deverá estar comprometida com a vida, com a experiência e constituir fonte de promoção do indivíduo e sociedade (Freitag 1984).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1986), o país possuía uma população estimada em 150 milhões de habitantes, dos quais cerca de 27 milhões (18%) freqüentam as escolas. Destes em torno de 23 milhões situados no primeiro grau (15%); 2,9 milhões (1,9%) no segundo grau; e apenas 1,3 milhões (0,8%) de privilegiados freqüentadores do ensino superior.

Em 1993, o ensino brasileiro estava composto conforme tabelas 2.1:

Tabela 2.1 - Distribuição de Alunos na Rede de Ensino Nacional

GRAU DE ENSINO	NÚMERO DE ALUNOS (em 1.000)
Pré Escola	4.200
Classes de Alfabetização	1.600
Primeiro Grau	30.500
Segundo Grau	4.200
Superior	1.600

Fonte: MEC, Apud ISTOÉ, fev. 1995; p. 38

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil e seu Art. 212, "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino".

O ensino básico nacional comporta-se ainda de forma insuficiente para dar aporte técnico ao desenvolvimento tecnológico através do ingresso dos alunos às universidades e investimentos em setores de estudos voltados para tecnologias de ponta no que pode-se chamar de produtos com industrialização avançada.

Como demonstra a pesquisa por amostragem desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (ISTOÉ, op.cit.: p.39): "...de cada mil alunos matriculados nas escolas públicas, apenas um consegue aprender o conteúdo mínimo exigido". Segundo a mesma pesquisa, 34% dos ingressantes na primeira série concluem o primeiro grau, sendo que o índice de repetição, neste grau de ensino, alcança a ordem dos 50%.

Tendo em vista este quadro flagrante de deficiência da rede ensino, o governo pretende adotar medidas corretivas. Contudo, faz dois anos que a Lei de Diretrizes e Base da Educação está em tramitação e até a presente data espera pela aprovação do Senado Federal. Estas reformas têm por objetivo principal reforçar a base de ensino, bem como garantir o acesso ao ensino público do maior número possível da população nacional.

Além destas reformas propostas para a rede de ensino atualmente em tramitação no Congresso, no intuito de adequar o sistema educacional às exigências sociais, foram feitas ainda outras reformas no sentido de introduzir as escolas técnicas, a obrigatoriedade do ensino primário, o estímulo a criação de escolas vocacionais e a expansão do ensino superior.

Rodrigues (1982), aponta a divisão social brasileira reproduzida na escola, à medida em que se mantém uma rede de ensino voltada para o atendimento das classes superiores e uma escola voltada para as classes inferiores.

As universidades quase que independem da situação atual vivenciada no Brasil, pois tal deficiência instaura-se a partir da pré escola, acumulando-se e estreitando-se progressivamente até o acesso ao ensino superior.

Smith (apud Britto, 1991), refere-se a este fato como universal, sendo que as oportunidades profissionais dependem do nível educacional.

Na mesma linha Dobson (apud Britto, op. cit.), analisa que os estudos conduzidos por sociólogos russos é em grande parte similar ao observado nos países ocidentais. O acesso educacional de jovens se dá em função do *status* sócio-ocupacional dos pais e do seu nível escolar, da renda per capita da família e a localidade residencial.

Em uma análise básica pode-se dizer que um indivíduo na sua infância dispendo de uma boa alimentação, habitação e educação está, de modo geral, apto a desenvolver-se como cidadão, melhor preparado para atingir melhores níveis de ensino.

Ao analisar-se as universidades brasileiras verifica-se que a mesma divide-se em dois segmentos básicos: públicas e privadas. Segundo Britto (op. cit.), no período de 1964 a 1972, a matrícula nos cursos de graduação das universidades brasileiras, passou de 136.744 alunos para 677.70, um crescimento superior a 388%.

Contudo, das 136.744 matrículas existentes em 1964, 79.323 correspondiam as universidades públicas (federais, estaduais e municipais), absorvendo assim, 58,1% das matrículas; em 1972 dos 667.701 estudantes matriculados, 395.698 freqüentavam universidades privadas, equivalendo 59,2% do número total.

A situação atual é por certo insuportável, reproduzindo desequilíbrios na comunidade brasileira. "No Estado moderno, as responsabilidades incumbem aos poderes públicos, ao Estado, por contar-se com os órgãos públicos para satisfazer as necessidades sociais. por ser o único em condições de assumir a responsabilidade global da política educacional e por serem conscientes da importância do papel político crescente da escola" (Faure apud Britto, op. cit.).

De toda sorte, o objetivo fim das universidades é capacitar os estudantes a influenciar adequadamente no desenvolvimento econômico, político e social, ou seja, garantir o desenvolvimento da união através do aprendizado adquirido.

2.2 O Capital Humano

O capital humano de alto nível caracteriza-se por aqueles indivíduos que possuem conhecimento e especializações vitais para o desenvolvimento do país.

O desenvolvimento nacional depende de diversos fatores para atingir a vantagem competitiva. Segundo Porter (1993), existem quatro determinantes da vantagem nacional:

- a) Condições de Fatores;
- b) Condições de Demanda;
- c) Indústrias Correlatas e de Apoio; e
- d) Estrutura e Rivalidade das Empresas.

Incluem-se ainda a estes determinantes os recursos humanos na forma quantitativa (exército de reserva) e qualitativa (acúmulo de conhecimento tecnológico). A primeira forma relaciona-se diretamente com o custo de mão-de-obra na produção primária. A segunda relaciona-se às redes de ensino, particularmente às universidades e capacidade intelectual na produção.

Os recursos humanos de conhecimento são denominados fatores especializados quando oferecem uma base forte e sustentável para o desenvolvimento nacional.

A linha de raciocínio de Porter (1993) remonta a "Teoria do Desenvolvimento Econômico" de Joseph Schumpeter (1982), que tem como pano de fundo o desenvolvimento tecnológico, gerador e impulsionador do desenvolvimento sócio-econômico.

O capital humano altamente capacitado pode ser desenvolvido de diversas formas: no trabalho (*on job*) mediante programas de treinamento; melhor organização dos métodos de trabalho; incentivos ao quadro funcional; e, de forma mais eficaz, através de centros técnicos, universidades e outros institutos de formação profissionalizante e superior.

Segundo Pinho (1970), o grau de desenvolvimento de um país caracteriza-se pela participação de pessoal altamente capacitado intelectualmente.

Para o autor a educação é fator primordial no processo de desenvolvimento do país, pois o número de pessoas que se encontra em um patamar de alto nível de conhecimento em relação ao restante da população pode diagnosticar a condição de desenvolvimento nacional.

Schultz (1973) analisa o capital humano especializado, como a principal fonte de desenvolvimento nacional. Através de sua pesquisa nos Estados Unidos no período compreendido entre 1929 e 1957, Schultz explica que quanto maior o nível intelectual do capital humano desenvolvido nas entidades de ensino, maior a capacidade de desenvolvimento nacional. Sua pesquisa constituiu-se em relacionar o desenvolvimento sócio-econômico dos Estados Unidos à participação do contingente ligado ao ensino.

O Capital humano, por fim, é o principal responsável no processo de desenvolvimento. A universidade, considerando-se como instituição formadora de mão-de-obra especializada, atua como instrumento de formação profissional e política, tem também a função de adaptar os especialistas às necessidades sócio-econômicas da nação.

De modo geral, este contingente de mão-de-obra especializada impulsiona o desenvolvimento. A acumulação de capital humano representa, no ponto de vista econômico, um investimento pois, quanto mais alto o nível dos indivíduos especializados dentro do país orientados para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico, menor a necessidade de importação de tecnologias de ponta.

Para Brejon (1968), os recursos humanos são considerados como capital, representado, principalmente, pelas novas gerações, e serão melhor aproveitados na medida em que os indivíduos forem aperfeiçoando-se moral, intelectual e profissionalmente.

Pode-se afirmar, portanto, que quanto maior a independência tecnológica nacional, advinda do acúmulo de conhecimento, em melhores situações sócio-econômica e de competição internacional se apresentará o país.

Segundo Merrick e Graham (1979), para conservar os recursos humanos existentes no país é necessário que se aprecie aspectos fundamentais como:

- a) Melhoria do nível de renda individual e coletiva (saúde, alimentação, habitação e trabalho);
- b) Política demográfica;
- c) Criação de estímulos profissionais para evitar a emigração; e
- d) Política de emprego voltada para uma remuneração justa e atrativa.

2.3 Educação e Desenvolvimento Econômico

O fundador da Escola Clássica e autor da obra *A Riqueza das Nações*, Smith (1776), tratou a educação como contrabalanceadora dos resultados desumanos da divisão do trabalho.

Através da especialização contínua das atividades e métodos produtivos alicerçava-se a divisão do trabalho, propulsora do desenvolvimento industrial. A partir desse momento as atividades de especialização passaram a ter sua importância diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico nacional, tendo como pano de fundo a intenção de produzir bens de qualidade superior e com menor custo agregado de produção.

Com a alta rotatividade de tecnologias e a constante globalização da economia, o caminho para manter o desenvolvimento sócio-econômico do país segundo Porter (1985) e Schumpeter (1934), está ligado diretamente à pesquisa e desenvolvimento de novas técnicas, métodos e produtos que utilizem baixa quantidade de recursos escassos, que não prejudiquem o meio ambiente e que incorram em menores custos agregados, não comprometendo os rendimentos monetários do corpo funcional.

Para Marshall (1890), a educação deveria ser encarada como um agente de promoção social, de auto aperfeiçoamento, criação de riqueza e agente de desenvolvimento econômico.

Conforme sua teoria de necessidades do consumidor, a geração de novos desejos estaria intimamente atrelada ao desenvolvimento de novos produtos que, por sua vez, originariam-se do acúmulo de conhecimento tecnológico para as suas elaborações.

De modo geral, para os dois autores citados, a educação, especialmente a pública, é importante meio de criação de riqueza, assim como um capital valioso a ser investido.

Também Marx (1867), apesar de oponente aos teóricos clássicos, vê na educação um modo atenuante das conseqüências desfavoráveis da divisão do trabalho para a classe trabalhadora.

Para o autor, o desenvolvimento econômico relacionado à educação explica-se através da mais-valia relativa, ou seja, através do acúmulo de tecnologia e

desenvolvimento de métodos produtivos que, com o mesmo dispêndio de carga horária trabalhada pelo capital humano, elevaria-se a produção total e conseqüentemente o lucro dos empresários, conforme sua análise da composição orgânica do capital.

A esta forma de mais-valia o autor atribui ao desenvolvimento tecnológico sem, porém, condená-la, como muitas linhas marxistas insistem em tê-la como geradora de desemprego e crise social, por uma questão de má interpretação teórica.

A exploração de capital humano considerada por Marx (1988) como "predatória" é a denominada mais-valia absoluta que é justamente originada pela falta de elementos tecnológicos, forçando o aumento de carga horária trabalhada no intuito de ampliar a produção total, que é muito peculiar aos países subdesenvolvidos não possuidores de recursos intelectuais.

Para Marx (apud Pinho, 1970: p.26) "... a combinação do trabalho produtivo, pago com a educação mental, com os exercícios corporais e com a aprendizagem politécnica, elevarão a classe operária a um nível superior ao das classes burguesa e aristocrata".

Neste sentido pode-se afirmar que, quanto maior o nível educacional de uma nação, maior o nível de desenvolvimento econômico, assim como menor a taxa de concentração de renda e conseqüente equidade social.

Cada vez mais os economistas vêm acentuando a relação direta entre a educação e o desenvolvimento econômico, ou seja, entre o enriquecimento das nações e o seu capital humano especializado, entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora de seus habitantes.

Conforme Pinho (1970), alguns economistas começaram a dedicar-se especialmente ao estudo da análise econômica à educação, para medir a importância e influência do capital humano no desenvolvimento nacional.

Pode-se dizer que a atenção dos economistas voltou-se para a educação a partir da constatação de que a escassez da mão-de-obra especializada retarda o crescimento econômico.

A educação pode ser considerada, portanto, como uma indústria de prestação de serviços, na medida em que aumenta a oferta de capital humano especializado, reduzindo, em última análise, a dependência econômica do país.

Atualmente, os dispêndios públicos com educação não podem ser contabilizados como custo e sim, como investimento de longo prazo, devendo o Estado administrar o fundo de educação da forma mais eficaz possível, com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento nacional.

CAPÍTULO III

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O nível de renda de um país é analisado a partir de levantamentos realizados junto a população, através de questionários. No Brasil, essas informações são retiradas do Censo Demográfico realizado de dez em dez anos e a Pesquisa Nacional de Amostragem a Domicílio (PNAD), realizado anualmente.

A partir das informações obtidas, pode-se representar a repartição de rendas de várias formas, uma das mais comuns é a divisão da população em classes, dos 10% mais pobres aos 10% mais ricos.

As formas mais utilizadas para medir a concentração de renda são o Índice de Gini¹ e a Curva de Lorenz. O Índice de Gini, o mais usado, varia de 0 a 1, sendo o índice 0 correspondente a situação de distribuição inteiramente igual de renda, ou seja, cada grupo de 10% da população participa com 10% da rendas global. O índice 1 descreve as situação oposta de extrema desigualdade. Na realidade, o índice varia entre estes dois extremos, indicando o sentido do nível de renda.

Segundo Zacchi (1992), o processo de concentração de renda compromete o ciclo produtivo, o desenvolvimento sócio-econômico e contribui para o empobrecimento da renda nacional.

Desta forma será relacionado o nível de concentração da renda de Santa Catarina ao processo de concentração da renda nacional através dos Índices de Gini, nas tabelas abaixo:

Tabela 3.1 - Relação dos Índices de Gini Para Santa Catarina nos Anos de 1985, 1989, 1990 e 1991

Anos	1985	1989	1990	1991
Índice	0,6340	0,6169	0,5862	0,5660

Fonte: IBGE, apud Zacchi, 1992

$${}^1G = i - \sum_{i=1}^n (X_i - X_{i-1}) \times (Y_i + Y_{i-1})$$

onde: n = número de classes

i = classes de referência

X_i = população acumulada até a classe i (em %)

Y_i = renda acumulada até a classe i (em %).

Tabela 3.2 - Relação dos Índices de Gini Para o Brasil nos Anos de 1980, 1986, 1990 e 1991

Anos	1980	1986	1990	1991
Índice	0,5655	0,5700	0,5887	0,6360

Fonte: IBGE, apud Zacchi, 1992

Durante a década de 80 até os anos atuais, por se tratar de dados estruturais, a concentração de renda pouco se alterou.

Os Índices de Gini para o Brasil demonstram uma tendência de concentração de renda nacional. Ao comparar-se os Índices de Gini de Santa Catarina aos encontrados para o Brasil, ficou clara a tendência da concentração de renda, apesar de ser constatado uma redução contínua na concentração de renda catarinense.

Para o ano de 1993 segundo Anuário Estatístico do IBGE (CANZIAN, 1995 apud Folha de São Paulo, p.08), o Brasil demonstrou o seguinte comportamento de distribuição de renda:

Tabela 3.3 - Distribuição de Renda no Brasil para o Ano de 1993

Rendimentos (R\$)	Habitantes (em milhões)
até 50,00	7,1
entre 50,00 e 100,00	12,7
entre 100,00 e 200,00	14,5
entre 200,00 e 300,00	7,9
entre 300,00 e 500,00	10,4
entre 500,00 e 1.000,00	8,2
entre 1.000,00 e 2.000,00	3,9
acima de 2.000,00	2,2
sem rendimentos	45,09

Fonte Canzian op. cit.

A tabela apresenta que quem ganha até R\$ 300,00 são 42,2 milhões de brasileiros, ou seja, têm rendimento igual ou menor que três salários mínimos e, a maioria (88,1 milhões de brasileiros) maiores que dez anos recebem até R\$ 300,00 ao mês ou não possuem qualquer rendimento.

3.1 Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico

A partir de 1970 a distribuição de renda passou a ser discutida com maior ênfase entre vários autores, tendo como instrumento de análise o censo demográfico.

Langoni (1973), publica sua obra "Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico", trabalho este que passa a ser importante dentro da discussão do tema.

Segundo Langoni (1973), a desigualdade de distribuição de renda aumentou principalmente entre 1960 e 1970 e, a tese para este aumento seria a educação, pois o autor considera como um fator muito importante nas diferenças individuais de renda.

Com a introdução de novas tecnologias no mercado, a demanda por mão-de-obra de nível superior cresceu mais que a oferta, enquanto a demanda por níveis mais baixos de ensino, como os analfabetos e os portadores de curso primário, não acompanhou o crescimento populacional.

Segundo Langoni (op. cit.: p.83), "O crescimento acelerado do setor industrial, faz ocorrer uma expansão na demanda de mão-de-obra, beneficiando desproporcionalmente os grupos de educação mais elevada".

Pessoas com um nível menor de instrução iniciam as atividades profissionais muito cedo, dando uma contribuição imediata para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas o seu potencial para uma contribuição produtiva mais elevada será, provavelmente perdido, quando tiverem passado dos anos de educação primária para as idades principais de trabalho.

De acordo com Merrick e Graham (1979), os rendimentos das pessoas não aumentarão sua produtividade proporcionalmente à idade como os indivíduos que tiverem oportunidades educacionais.

Assim, a medida em que isso ocorrer, as oportunidades representadas pelo crescimento populacional, se transformarão em um agravamento dos problemas de utilização efetiva de um dos principais recursos do Brasil, sua juventude.

Segundo Merrick e Graham (1979), a modificação da estrutura de idade e sexo da população trabalhadora sobre a distribuição de renda, pode ser observada quando referimos que há maior proporção de pessoas jovens com renda, tendendo a agravar as desigualdades de distribuição de renda, ou seja, jovens (de 15 a 24 anos) entram no mercado de trabalho abrindo mão da instrução educacional, ao passo que permanecendo na escola retardam a entrada no mercado de trabalho, até atingirem idades superiores.

Quanto ao sexo, as teorias que relacionam o comportamento reprodutivo com o comportamento econômico familiar dão ênfase aos papéis alternativos oferecidos às mulheres pela educação e participação na força de trabalho e redução da fecundidade.

Estas constatações refletem problemas estatísticos relacionados com a medida adequada dos ganhos numa economia em transformação, e constituem ainda outro reflexo de "ganhos" da economia brasileira, por ter uma força de trabalho jovem, cuja manutenção é menos onerosa.

Fatores econômicos e demográficos como idade, educação e estrutura familiar explicam em parte a capacidade de ganhos das famílias, pois torna-se difícil mensurar outros fatores como condições alimentar, sanitária e habitacional dentre outros que poderiam explicar as diferenças nos esforço que uma pessoa poderia despende na procura de trabalho.

De posse destes dados passa-se à análise da classe de renda familiar dos estudantes da UFSC, ingressantes entre os anos de 1990 e 1994, para verificar qual a influência que a mesma apresenta na aprovação do vestibular.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DOS ALUNOS APROVADOS NO VESTIBULAR DA UFSC (ENTRE 1990 E 1994).

Dentro da investigação entre o nível de renda e acesso ao ensino superior, foram analisadas as tabelas elaboradas a partir dos dados sócio-econômicos obtidos nos questionários realizados pela COPERVE, nos últimos anos, que correspondem ao período de 1990 à 1994.

As tabelas foram montadas tendo-se como base o número total de inscritos (92.086 pessoas) e o número total de classificados (15.287), no período compreendido entre 1990 a 1994 (ver anexo).

Para obter-se o índice de aprovação, relacionou-se o número de classificados dividindo-o pelo total de inscritos em cada ano e estrato pesquisado .

Ao analisar-se a tabela 4.1, a qual relaciona o percentual de inscritos e aprovados e o índice de aprovação, quanto a forma que os mesmos realizaram seus estudos de primeiro grau, verificou-se que o índice médio de aprovação dos alunos que freqüentaram escolas particulares foi de 20,7%, enquanto o índice médio de aprovação dos alunos que freqüentaram as escolas públicas foi de 14,5% noa anos de 1990 a 1994.

No período estudado o ano de 1993 obteve 23,4 como o maior índice de aprovação dos alunos provenientes de escolas particulares. Neste mesmo ano, obteve-se o maior percentual de classificados oriundos de escolas particulares com 40,6%.

Observa-se ainda uma tendência que se manteve parcialmente constante no período pesquisado. O número de pessoas que classificam-se no vestibular é sempre maior quando os alunos freqüentam as escolas particulares de ensino, sendo que o número de pessoas inscritas que freqüentaram escolas públicas é maior que o número de pessoas inscritas que freqüentaram escolas privadas.

Tabela 4.1 - Percentual de Inscritos e Aprovados e Índice de Aprovação da UFSC no Período de 1990 a 1994 por Instituição de Origem no Primeiro Grau

ANO	1990			1991			1992			1993			1994		
	% Inscritos	% Classif. Aprov.	Índice de Aprov.	% Inscritos	% Classif. Aprov.	Índice de Aprov.	% Inscritos	% Classif. Aprov.	Índice de Aprov.	% Inscritos	% Classif. Aprov.	Índice de Aprov.	% Inscritos	% Classif. Aprov.	Índice de Aprov.
Não inf.	4,0	3,3	13,7	4,2	3,1	11,6	6,4	4,9	14,1	1,6	1,7	20,4	0,9	0,3	9,8
Pública	45,3	35,8	12,9	46,3	39,3	13,2	38,0	36,1	17,5	41,5	35,2	15,7	40,2	35,6	13,1
Particul.	27,0	37,6	22,8	26,1	33,8	20,1	32,4	35,3	20,1	32,2	40,6	23,4	34,2	40,3	17,4
Maioria Pública	11,8	10,6	14,6	11,9	11,9	15,5	10,8	11,2	19,0	11,9	10,8	16,9	12,0	11,0	13,4
Maioria Particul.	10,7	12,2	18,6	10,4	10,9	16,3	11,4	11,7	18,9	11,8	11,2	17,7	12,0	12,0	14,8
Escola Comunit	0,3	0,1	6,5	0,2	0,2	17,9	0,3	0,3	16,1	0,2	0,2	17,1	0,3	0,3	14,9
Supletiv	0,8	0,4	7,2	0,9	0,7	12,8	0,7	0,5	13,4	0,8	0,3	6,3	0,8	0,5	10,0
Total %	100	100		100	100		100	100		100	100		100	100	

Fonte: COPERVE, adaptada pelo autor

Com o Objetivo de verificar se os estudos secundários contribuíram da mesma forma que os estudos primários na classificação do vestibular, verificou-se que a tabela 4.2, que faz a relação entre o percentual de inscritos no vestibular com o percentual de classificados, quanto a forma que os mesmos realizaram seus estudos secundários, estabelece uma relação mais acentuada. Assim como a tabela 4.1, os alunos inscritos que freqüentaram escolas particulares obtiveram um maior número de aprovação.

O índice de aprovação entre as pessoas que freqüentaram escolas particulares foi de 18,5, enquanto as pessoa que freqüentaram escolas públicas foi de 16,2.

Com a média percentual de classificação dos alunos entre as duas instituições (particulares e públicas), pode-se observar com mais clareza a importância do ensino particular. Dos 15.287 indivíduos aprovados nos vestibulares no período analisado, 46,54% freqüentaram escolas particulares, enquanto 31,32%, freqüentaram as escolas públicas.

No ano de 1990, obteve-se a menor percentagem de alunos classificados no vestibular provenientes de escolas públicas, com 29%, que corresponde a 774 alunos, enquanto em 1991 obteve-se o maior percentual de classificação com 33,7%, correspondendo a 1.034 alunos.

Ainda no ano de 1991, verificou-se o menor percentual de alunos classificados no vestibular oriundos de escolas particulares, com 43,8%, ou seja, 1.343 alunos. O maior percentual de classificação desta mesma instituição se deu em 1994, com 49,4%, correspondendo a 1.600 alunos.

A tabela 4.3 faz a relação entre o percentual de inscritos e classificados no vestibular quanto a ocupação dos mesmos no período de 1990 a 1994.

O total de pessoas classificadas no vestibular no período analisado foi de 15.287 pessoas (ver anexo), sendo que 57,02% destas não possuíam atividade econômica alguma, ou seja, 8.716 classificados não trabalhavam.

No período pesquisado o ano que mais caracterizou esta tendência foi o de 1994, com 64,4%, correspondendo a um total de 3.242 alunos.

Tabela 4.2 - Percentual de Inscritos e Aprovados e Índice de Aprovação da UFSC no Período de 1990 a 1994 por Instituição de Origem no Segundo Grau

Instituição	1990		1991		1992		1993		1994	
	% Inscritos	% Classif. Aprov.								
Não inf.	3,8	3,0	4,0	2,9	6,1	4,4	1,5	1,5	0,5	0,3
Pública	33,8	29,0	35,7	33,7	29,2	31,0	32,2	31,4	31,2	31,0
Particul.	40,2	49,0	37,5	43,8	43,4	43,5	43,4	47,0	46,4	49,4
Maioria Pública	9,8	10,0	9,3	9,6	9,5	10,6	9,3	10,2	9,0	9,6
Maioria Particul.	8,0	6,8	8,4	7,4	8,5	7,2	9,1	7,9	8,7	7,7
Escola Comunit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Supletiv	4,4	2,1	5,0	2,6	3,3	3,2	4,5	2,1	4,3	2,0
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: COPERVE, adaptada pelo autor

Tabela 4.3 - Percentual de Inscritos e Aprovados e Índice de Aprovação da UFSC no Período de 1990 a 1994 por Ocupação dos Vestibulandos

ANO	1990			1991			1992			1993			1994		
	% Inscritos	% Classif.	Índice de Aprov.												
Não Inf.	4,6	3,7	13,1	5,6	4,4	12,2	8,6	7,5	16,0	2,2	2,1	17,6	0,5	0,3	9,8
Liberal	5,0	4,2	14,0	3,4	2,8	11,1	3,1	3,4	20,5	3,3	3,0	17,1	4,5	4,0	13,3
F.Publ.	10,3	10,2	16,2	12,9	11,9	14,3	7,4	9,1	22,7	8,4	7,1	15,6	7,7	7,4	14,2
Empres.	2,7	1,6	9,7	0,8	0,7	14,0	0,7	0,8	21,1	0,9	0,7	13,9	1,0	1,0	16,3
Autón.	4,0	2,7	11,3	2,6	2,4	13,2	2,4	2,6	19,3	3,1	2,5	15,3	2,9	2,8	14,0
Agricult.	0,4	0,3	13,4	0,4	0,3	12,0	0,4	0,3	11,6	0,5	0,3	12,5	0,6	0,6	14,4
Industria	2,0	0,7	6,0	2,3	2,2	14,8	1,6	1,3	15,2	2,0	1,9	17,3	1,7	1,4	11,7
Comerc.	22,6	16,7	12,1	8,8	6,6	11,8	6,2	5,8	17,0	7,8	5,6	13,4	7,6	5,4	10,4
Bancário	0,0	0,0	0,0	3,8	4,0	16,1	2,1	2,6	23,5	2,4	2,1	16,1	1,7	1,5	12,9
Do Lar	0,0	0,0	0,0	0,5	0,3	9,0	0,3	0,3	24,4	0,5	0,4	17,5	0,5	0,4	11,8
Aposent	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	22,2	0,1	0,1	20,0	0,1	0,0	7,7	0,1	0,1	28,6
Outras	2,6	2,4	15,0	14,9	13,0	13,6	12,2	13,0	19,6	14,7	12,8	16,2	13,1	13,8	15,5
N.Trab.	46,0	57,5	20,5	43,9	51,7	18,3	54,9	53,2	17,8	54,1	61,3	21,0	28,1	61,4	15,6
Total %	100	100		100	100		100	100		100	100		100	100	

Fonte: COPERVE, adaptada pelo autor

A tabela 4.4 é um complemento da tabela 4.3, apresentando a relação entre o percentual de pessoas inscritas no vestibular e classificadas, tendo como ponto característico a participação das pessoas na vida econômica da família.

A tendência de ingresso ao ensino superior fica clara ao analisar-se a tabela em questão. A maior média de aprovação entre o período analisado foi de pessoas que não trabalhavam e recebiam o apoio financeiro necessário, com uma média aritmética de 58,36%, que corresponde a 8.928 pessoas dos 15.287 classificados (ver anexo).

Estabelece que os níveis baixos de rendimento familiar dificulta claramente o ingresso ao ensino superior, à medida que o poder aquisitivo das famílias vai crescendo o percentual das pessoas classificadas segue o mesmo ritmo.

O índice médio de aprovação no vestibular da faixa de pessoas que não trabalham e recebem da família apoio financeiro é de 18,74%, sabendo-se que 50% dos 92.086 inscritos no vestibular também pertencem a esta faixa de pessoas.

A tabela 4.5 faz a relação entre o percentual de inscritos no vestibular com o percentual de classificados, quanto a faixa de renda total das famílias no período de 1991 a 1994. No ano de 1990 não está referida esta questão no questionário sócio-econômico da COPERVE.

Para melhor interpretação da tabela acima mencionada, considera-se a seguinte divisão de classes de renda:

- de 01 salário mínimo até 05 salários mínimos - classe baixa;
- de 05 salários mínimos até 20 salários mínimos - classe média; e
- acima de 20 salários mínimos - classe média alta e alta.

A classe que mais atinge a classificação está situada entre os níveis de renda de sete salários mínimos até acima de vinte salários mínimos. Nesta classe de renda a maior média percentual de classificados foi aquela situada entre as rendas de 10 a 20 salários mínimos, com 28,25%.

Tabela 4.4 - Percentual de Inscritos e Aprovados e Índice de Aprovação da UFSC no Período de 1990 a 1994 por Participação do Vestibulando na Vida Econômica da Família

ANO	1990			1991			1992			1993			1994		
	% Inscritos	% Classif. de Aprov.	Índice de Aprov.												
N. Inf.	3,9	3,3	13,8	4,1	3,0	11,5	6,0	4,1	13,6	1,5	1,6	19,2	0,5	0,3	9,8
*Rec Fam	46,5	58,4	20,8	45,1	53,3	18,4	56,7	55,5	18,0	54,9	62,0	21,0	59,5	62,6	15,3
**Trab. Rec. Fam	22,4	19,3	14,1	22,6	19,2	13,3	18,7	19,7	19,4	21,7	19,7	16,8	21,0	20,2	14,2
Trabalha	13,2	9,6	11,9	13,7	11,8	13,4	9,2	9,3	18,7	10,8	8,8	15,2	11,2	10,0	13,2
Ajuda Família	9,0	5,7	10,5	9,8	7,5	11,9	6,6	7,7	12,4	7,3	5,0	12,8	5,4	4,2	11,5
Sustenta Família	5,0	3,3	12,4	4,8	5,2	16,9	2,9	3,3	21,8	3,8	2,9	14,0	2,5	2,8	16,3
Total %	100	100		100	100		100	100		100	100		100	100	

Fonte: COPERVE, adaptada pelo autor

* Recebe apoio financeiro da família para os estudos

** Trabalha e recebe apoio financeiro da família para os estudos

Tabela 4.5 - Percentual de Inscritos e Aprovados e Índice de Aprovação das UFSC no Período de 1991 a 1994 Pela Renda Total da Família do Vestibulando

ANO	1991			1992			1993			1994		
	% Inscritos	% Classif.	Índice de Aprov.									
Não Informado	6,7	4,7	11,0	9,9	8,3	15,4	3,6	3,0	15,6	0,5	0,3	9,8
Até 1 Salário Mínimo	0,9	0,7	12,1	0,8	0,6	13,8	1,2	1,0	14,8	1,4	1,0	10,4
Acima de 1 até 3 Sal. Mínimos	3,6	2,6	11,4	5,1	4,9	17,5	9,9	7,2	13,4	7,4	5,8	11,6
Acima de 3 até 5 Sal. Mínimos	8,2	6,0	11,4	11,9	11,7	18,2	18,1	15,9	16,3	13,7	12,1	13,1
Acima de 5 até 7 Sal. Mínimos	10,8	9,6	13,8	13,3	12,8	17,7	17,6	16,8	17,8	15,2	14,1	13,7
Acima de 7 até 10 Sal. Mínimos	14,7	13,9	14,8	15,9	16,3	18,9	16,7	17,8	19,8	18,3	19,0	15,3
Acima de 10 até 20 Sal. Mínimos	30,6	31,1	15,8	26,1	26,6	18,7	22,4	15,2	20,8	27,2	30,3	16,4
Acima de 20 até 30 Sal. Mínimos	9,6	11,9	19,3	7,4	8,4	21,1	5,0	6,4	23,5	8,0	9,1	16,7
Acima de 30 Salários Mínimos	15,1	19,4	20,0	9,7	10,4	19,7	5,4	6,7	23,2	8,3	8,3	14,7
Total %	100	100		100	100		100	100		100	100	

Fonte: COPERVE, adaptada pelo autor

Em artigo publicado Jornal Universitário/UFSC intitulado "Universidade não é só para Rico" de autoria de Elaine Tavares, constata-se os seguintes dados para 1995:

Tabela 4.6 - Renda Familiar dos Aprovados no Vestibular da UFSC em 1995

Renda Familiar	% Aprovação
Até 10 s.m.	40,9
Entre 10 e 20 s.m.	30,2
Entre 20 e 30 s.m.	11,7
Acima de 30 s.m.	15,6

Fonte: COPERVE/1995, apud Jornal Universitário UFSC, 20/03/95.

Estes dados não divergem, em hipótese alguma, dos indicadores anteriormente apresentados, estando apenas agrupados de forma diversa. Ao agrupar-se de forma análoga os dados anteriores, apresenta-se a seguinte tabela:

Tabela 4.7 - Renda Familiar dos Aprovados no Vestibular da UFSC entre 1991 e 1995 (em %).

Renda Familiar	1991	1992	1993	1994	1995
Até 10 s.m.	32,8	46,3	58,7	52,0	40,9
Entre 10 e 20 s.m.	31,1	26,6	25,2	30,3	30,2
Entre 20 e 30 s.m.	11,9	8,4	5,0	9,1	11,7
Acima de 30 s.m.	19,4	10,4	6,7	8,3	15,6

Fonte: COPERVE, adaptada pelo autor.

O artigo torna-se, contudo, tendencioso intitulando-se como "não só para os ricos". Embora não se refira que a classe de menor renda freqüente o ensino superior na UFSC, deixa subentendida esta idéia.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a participação do corpo discente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estratificando-se, por níveis de renda, no intuito de comprovar que o acesso a esta entidade de ensino, por parte daqueles com baixa renda familiar, é muito pequena em relação àqueles de renda superior.

Nos estudos apresentados constatou-se que o número de freqüentadores de cursos superiores são mínimos em relação à população total brasileira. Tal fato explica-se, em parte, pela alta concentração de renda nacional que priva muitos jovens de seguirem a carreira estudantil até atingirem o nível superior, tendo que, em muitos casos, iniciar a vida profissional não especializada ainda muito cedo, em detrimento dos estudos, para auxiliar na renda familiar.

No caso específico da UFSC, verificou-se que os alunos que percebem até um salário mínimo de renda familiar mensalmente, durante o período estudado, não participaram com mais de 1% do total dos freqüentadores. Reportando-se à nível nacional (IBGE-1993, apud Folha de São Paulo: 07/05/95 p.08), verifica-se que para uma população estimada em 150 milhões de habitantes, cerca de 65,7 milhões percebem até um salário mínimo mensalmente, ou seja, cerca de 44% da população, o que comprova a amplitude do problema.

Pode-se averiguar, contudo a importância da educação para o desenvolvimento econômico, com base neste estudo, relacionando a distribuição de renda do Brasil e de Santa Catarina, com a maioria de privilegiados que chegam ao ensino superior, podendo-se estender este trabalho a nível nacional, constatando que são poucos aqueles que se especializarão e contribuirão de forma significativa para o avanço técnico, científico, social e político do país.

O saneamento da atual situação passa necessariamente por uma reformulação global na rede de ensino nacional, nos primeiro e segundo graus e no ensino superior.

Sabe-se, no entanto, que a universidade e muito menos o ensino pago não poderão corrigir a injustiça e discriminações impostas pela estrutura sócio-econômica da sociedade.

Nem mesmo o recurso ao aumento da oferta de vagas nos estabelecimentos públicos assegurará a maior absorção de alunos provenientes dos estratos mais pobres.

Do Total de 75.808 inscritos no período de 1991 a 1994, 25,75% pertencem à classe baixa; 57,20% à classe média e 17,20% à classe alta. Da mesma forma 12.619 classificados no mesmo período 21,45% pertencem à classe baixa; 58,38% pertencem à classe média e 20,15% pertencem à classe alta.

Paralelamente ao saneamento do sistema de educação deve ser apreciada a redistribuição de renda , que atualmente encontra-se muito concentrada, segundo dados apresentados no capítulo três. Este disparate de distribuição contribui em muito, conforme verificado, pela descontinuidade dos estudos dos jovens.

Desta forma, pensando-se em médio e longo prazos, a competitividade nacional poderá ser cogitada, mediante ao desenvolvimento de novas tecnologias, frente a irreversível globalização da economia.

BIBLIOGRAFIA

- BLAUG, Mark. **Introdução à Economia da Educação**. Porto Alegre: Globo, 1975.
- BREJON, Moysés. **Recursos Humanos, Ensaio Técnico e Desenvolvimento: Uma Perspectiva Brasileira**. São Paulo: Pioneira, 1968.
- BRITTO, Luiz Navarro de. **Educação no Brasil e na América Latina - Questões Relevantes e Polêmicas**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- CANZIAN, Fernando. **Arrocho Mantém Maioria Fora do Mercado**. Folha de São Paulo, p. 08, 2º Fascículo, 07.05.95.
- Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas S.A., 1989.
- DOBSON, R.B. "Social Status and Inequality of Acces to Higher Education in the URSS". in BRITTO, L.N. **Educação no Brasil e na América Latina - questões relevantes e polêmicas**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- DOWBOR, Ladislau. **Aspectos Econômicos da Educação**. São Paulo: Ática, 1986.
- FREITAG, Batbara. **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1984
- HANSON, John W.; BREMBECK, Cole S.. **Educação e Desenvolvimento**. São Paulo: Ibrasa, 1969.
- LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição de Renda e Desenvolvimeto Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Vol. 1, Liv. Primeiro.
- MERRICK, Thomas W.; GRAHAM, Douglas H.. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- NOVAES, Paulo. **Economia e Recursos Humanos**. Rio de Janeiro: Renes, 1971.
- PINHO, Carlos M.. **Economia da Educação e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Pioneira, 1970.
- POLIDORO, Juarez Seara. **Gestão da Qualidade Total- Uma Proposta para a Área de Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina**. Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Florianópolis, 1994.

- PORTER, Michael E.. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- RODRIGUES, Neidson. **Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico**, São Paulo: Cortez, 1982.
- SCHULTZ, Theodore. **Investindo no Povo: O Segredo Econômico da Qualidade da População**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SCHUMPETER, Joseph A.. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SMITH, Adam. **Um Inquérito sobre a Natureza e Causa das Riquezas das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SMITH, Lester . **Government of Education**, in BRITTO, L.N. **Educação no Brasil e na América Latina - questões relevantes e polêmicas** .São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- TAVARES, Elaine. **Universidade não é só para Rico**. Florianópolis, *Jornal Universitário*, nº232, p. 5, 20.03.95.
- TRINDADE, Elaine; SUASSUNA, Luciano. **Terminou o Recreio**. Istoé, p.36-39, Nº 1324
- ZACCHI, Wilson Roberto. **Avaliação do Desenvolvimento Sócio Econômico de Santa Catarina- 1980/1990**. Monografia Submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Florianópolis, 1992.

ANEXO

Relação do Número de Inscritos e Número de Classificados no Período de 1990 a 1994 no Vestibular da UFSC.

ANO	Nº Total de Inscritos	Nº Total de Classificados
1990	16.278	2.668
1991	19.722	3.069
1992	17.172	3.160
1993	16.959	3.148
1994	21.955	3.242
TOTAL	92.086	15.287

Fonte: COPERVE adaptada pelo autor.

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

PARTE ESCRITA

1) CONTEÚDO:

a) Objetivo do Estudo- (na area econômica)

Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

b) Metodologia-

A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar os objetivos.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

c) Corpo do Trabalho-

O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

Item 1.1) Média (a+b+c/3) = x 5,0 (peso) =

2) ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto.

NOTA: 0/1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, abreviaturas, anexos, referências bibliográficas, etc., seguiram as normas técnicas.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

Item 1.2) Média (a+b/2) = x 2,0 (peso) =

PARTE ORAL-

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos e audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5! x 3,0 (peso) =

TA FINAL: 1) PARTE ESCRITA-item 1.1) =

-item 1.2) =

2) PARTE ORAL ----- =

Soma (Partes 1+2) =

Soma/10 (Nota Final)=

Assinatura de Avaliação:

(Presidente) Prof..... Ass.

(Membro) Prof..... Ass.

(Membro) Prof..... Ass.

Assinatura do Aluno Data Defesa:...../...../.....

RELAÇÃO DE AVALIAÇÃO: (Aspectos Positivos e Negativos da Monografia)

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

PARTE ESCRITA

1) CONTEÚDO:

a) Objetivo do Estudo- (na area econômica)

Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

b) Metodologia-

A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar os objetivos.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

c) Corpo do Trabalho-

O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

Item 1.1) Média (a+b+c/3) = x 5,0 (peso) =

2) ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto.

NOTA: 0/1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, abreviaturas, anexos, referências bibliográficas, etc., seguiram as normas técnicas.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

Item 1.2) Média (a+b/2) = x 2,0 (peso) =

PARTE ORAL-

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos e audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5! x 3,0 (peso) =

PARTE FINAL: 1) PARTE ESCRITA-item 1.1) =

-item 1.2) =

2) PARTE ORAL ----- =

Soma (Partes 1+2) =

Soma/10 (Nota Final)=

Assinatura de Avaliação: *G. Anabela*
(Presidente) Prof.

Ass. *A. Z. B.*

(Membro) Prof.

Ass.

(Membro) Prof.

Ass.

e do Aluno

Data Defesa:..../..../....

RELAÇÃO DA BANCA: (Aspectos Positivos e Negativos da Monografia)

